

Maria Filomena Rua **(texto)**

Transcorridos que são 20 anos sobre a Reforma do Sistema Educativo, importa fazer uma reflexão séria sobre a respectiva eficácia, sobretudo no que concerne às enunciadas inovações – Lei de bases de 1986 - no sentido de se poder avaliar se, na prática efectiva, essas inovações resultaram em mudanças desejáveis.

Com efeito se, por um lado, só se reforma quando se sente que algo necessita de mudar, por outro lado, é imprescindível reflectir sobre as mudanças que resultaram dessa reforma.

Correspondem efectivamente às expectativas pelo que se reformou?

E se o Sistema Educativo mudou, que bem resultou dessa mudança para o sucesso educativo dos nossos alunos?

Na realidade, como há mais de trinta anos referia AlKin, só faz sentido a avaliação se esta servir para melhorar o respectivo objecto. Com efeito, toda a avaliação deve ter como objectivo uma melhoria do objecto avaliado.

Por outro lado, a avaliação é, sem dúvida, um dos temas que mais inquietação produz, não só entre os professores, avaliadores por excelência - que devem avaliar outros, os alunos, (e em certas ocasiões outros professores), mas que indirectamente acabam avaliando as suas próprias práticas profissionais. Devem decidir sobre o mérito do aprendido por outros que eles ensinaram e, é claro, concluem decidindo sobre o que eles mesmos deveriam ensinar e sobre o que, como professores, devem corrigir.

Essa é a grandeza e a miséria da avaliação – julgar outros para julgar-se a si mesmo. Assim, a avaliação, é uma oportunidade para melhorar.

Porque, “em si” a avaliação não conduz a parte nenhuma...

Se avaliamos é porque queremos fazer melhor as coisas, desejamos aprender a fazer o nosso trabalho de modo mais conveniente.

Esta deve ser a essência da avaliação – introduzir mudanças. E se falarmos em avaliação das aprendizagens, deve ser pensada de modo formativo, para introduzir mudanças no que se ensina e no que se aprende.

Na realidade, não é concebível uma avaliação das práticas avaliativas se o professor não modifica as suas planificações docentes, os materiais com que trabalha ou inclusive as suas estratégias didácticas para as adequar às necessidades da aprendizagem dos alunos a seu cargo.

E, se partimos do pressuposto que a Reforma Educativa tem por objecto, não só nem principalmente, a ordenação ou a estrutura da educação, mas que se refere sobretudo aos conteúdos, à oferta e às oportunidades de experiências de aprendizagem que a Escola oferece aos seus alunos, qualquer reforma neste âmbito, supõe, necessariamente, pensar nos professores e no modo como se espera que actuem.

Porque a educação também é um acto criador, que só pode ser válida na medida em que são as pessoas as que a tornam possível. Por isso, é importante não deixar de pensar nos professores enquanto “agentes” da mudança. Sobretudo saber o que pensam e como actuam.

Qual a percepção dos professores sobre a Reforma Educativa? O que pensam das mudanças introduzidas no Sistema, em consequência da mesma? Estão os professores em consonância com essas mudanças, ou opõem resistência à sua

efectiva implementação, em concreto, no contexto da sua sala de aula, ou escola? E porque propomos que entre ensino e aprendizagem deve existir uma interacção permanente onde os alunos possuem um papel activo dentro desse processo - já que os conhecimentos/capacidades se adquirem e não se transmitem – também pensamos que este pressuposto não menospreza o papel do professor, como condutor do ensino que contribui para o rendimento educativo do aluno em sentido amplo, e não apenas numa concepção meramente escolar ou académica.

Cabe, assim, ao professor – o mediador de aprendizagens significativas – a implementação consciente das práticas que levam à promoção do êxito dos alunos. Com efeito, pela Lei de Bases do Sistema Educativo, são atribuídas ao sistema de avaliação, entre outras, as funções de “estimular o êxito educativo de todos os alunos, favorecer a confiança própria e contemplar os diversos ritmos de desenvolvimento e progressão (Decreto-Lei n.º 286/89).

Nesta óptica, não seria original abordar um trabalho sobre avaliação dizendo que esta é e continua a ser, um tema preferente na educação; é de facto, um dos factores que mais dificuldades, dúvidas e contradições cria aos profissionais do ensino. Dificuldades que aumentam quando se adopta uma perspectiva construtivista do ensino e da aprendizagem, que é, afinal, a filosofia que sobressai do modelo educativo proposto pela Lei de 86.

Resulta então relevante investigar o que pensam e como actuam os professores. De acordo com Coll (1966: Anuário de Psicologia, p.60), pensamos que a construção do conhecimento na escola se leva a cabo, através de um triângulo interactivo, em que um dos três eixos essenciais é precisamente, além da actividade construtiva do aluno e dos conteúdos escolares, o papel do professor.

Por isso, é precisamente o professor, porque medeia as aprendizagens, quem guia e orienta a actividade mental construtiva dos seus alunos, para que, em consequência, estes possam fazer uma assimilação significativa dos conteúdos.

Portanto, é importante concluir com a visão de que o papel do professor é um papel essencial não só no processo de ensino -aprendizagem , mas também na implementação consciente das medidas que decorrem da Reforma Educativa, assumindo-se como agente dessa Reforma, ao querer contribuir para o sucesso da mesma.

Mas... estarão (e têm estado) de acordo, os professores portugueses com as medidas “impostas” pela Reforma?

Porque há que contar com a autonomia do professor dentro da organização escolar, concretamente no que se refere à autonomia que lhe permite tomar decisões, isto é, optar. Com efeito, este papel do professor, enquanto ser racional autónomo e no contexto da Escola como Organização entendida no âmbito do micro sistema que é a sua aula, tem margem de liberdade para actuar de acordo com uma prática que é, para si, a mais racional em relação ao que se solicita ao professor: colaboração na obtenção de resultados significativos na aprendizagem dos seus alunos.

Porque o ser humano, no caso o professor, é um agente que orienta os seus actos para as “coisas”, em função de que significam para ele. Implica, então, considerar o professor como um construtivista: pessoa que dá sentido à realidade que o rodeia. Pensamos assim, que os professores mantêm um processo de reflexão no que julgam, analisam e avaliam, na realidade da sua aula/escola. Processo este que serve para ordenar e orientar a sua própria conduta. Assim, como qualquer indivíduo o professor pode escolher, dentro da sua margem de liberdade, entre várias soluções.

Optar por uma ou outra será então, fruto da sua estratégia.

É, então, necessário, conceder aos professores o papel, que na realidade desempenham no contexto do Sistema Educativo, não ignorando que se lhes deve reconhecer o direito a ser reflexivos e desfrutar de um maior grau de autonomia e, sobretudo, o direito que o seu estatuto lhes confere, que é também o direito a ter uma opinião, ao serem agentes activos em qualquer processo em que se lhes exija ser reflexivos. Além disso, já que é importante ouvir os professores, deve incrementar-se o seu pensamento e reflexão, como a autonomia que os professores reivindicam no âmbito do seu profissionalismo. Nesta perspectiva, só através da criação do hábito de ouvir o professor, reconhecendo este que é efectivamente ouvido, pode adoptar/aceitar decisões importantes, e esse reconhecimento contribuirá de uma forma cada vez mais pertinente para que o professor se converta num “ser reflexivo”. A prática quotidiana do trabalho do professor no dito contexto, e também o da sua prática avaliativa, deve, então, merecer por parte da administração educativa, uma preocupação que deve aportar ao professor as condições para que o desempenho da sua função docente seja cada vez menos reflexo de uma improvisação, que não traduz mais que uma preocupante ausência de formação adequada sobretudo tendo em conta que a escola, em geral, como instituição de tendência conservadora, procurará manter e transmitir a herança cultural da sociedade.

Urge, então, modificar este estado de coisas, sendo a investigação das práticas dos professores, o caminho para a solução do referido problema. Assim, o novo papel do professor na sociedade actual altera-se radicalmente, convertendo-se em alguém a quem se deve dar voz, quando se lhe “exige” que adquira práticas mais ou menos inovadoras. Além disso, é importante ter em conta a respectiva formação para conseguir que o professor participe dos processos de inovação.

Por isso, o novo papel do professor na sociedade actual altera-se radicalmente. Sem dúvida de que os professores têm uma presença cada vez mais activa e intensa no terreno educativo. Como consequência, o facto de se não lhes considerar como os agentes privilegiados nos processos que têm que ver com as suas práticas, leva a que os professores “resistam” a mudar as suas práticas, não colaborando nos processos de mudança e no êxito da Reforma do Sistema Educativo. Assim, é importante, na hora de mudar, contar com a colaboração do professor, completando o estudo das práticas de ensino, com uma visão sobre a vida e a pessoa do professor, dando atenção ao seu pensamento e comportamento.

Em síntese, impõe-se cada vez com maior evidência, que os professores não são apenas consumidores, nem apenas executores, são sobretudo profissionais críticos e reflexivos. Ao não ter-se em conta a sua opinião nem a sua participação, assim como a sua experiência como profissional e os seus valores como pessoa, terá como consequência o mantimento de um status quo, que impedirá uma mudança real na prática educativa, em concreto na prática das mudanças que decorrem da Reforma. Na realidade, a escola não mudará sem o empenho e vontade dos principais agentes de qualquer prática que se pretenda implementar. Podemos então concluir, com a necessidade de um desenvolvimento permanente da Escola do ponto de vista pedagógico, mas na óptica de um processo contínuo e ininterrupto, intimamente relacionado com uma educação moderna e activa.

O sentido da avaliação - inclusive no seu contexto holístico - concretiza-se, pois,

nesta interrogação: avaliar para quê?

Será que o grau de precisão das medidas de decisão que o professor ou a administração tomam, como resultado da avaliação que praticam, são válidas e fiáveis?

E o trabalho de avaliar, que pressupõe, sem dúvida, um esforço, tem sentido e contribui efectivamente para a melhoria do Sucesso Educativo?

Qual é a avaliação que se realiza? Em que critérios está baseada?

Porque de uma melhor avaliação deve, sem dúvida, resultar não só uma maior eficácia do processo de ensino - aprendizagem, mas também uma melhor qualidade do ensino e do Sistema Educativo. Da Educação. Porque só assim terá sentido a Reforma.